**PROCESSO Nº 146/2024**

**DISPENSA POR LIMITE Nº 132/2024**

**AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL (**[**ART. 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021**](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art75ii)**)**

[***1) PREÂMBULO................................................................................................................................................1***](#_Toc146088301)

[2) OBJETO 1](#_Toc146088302)

[3) VALOR DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO 2](#_Toc146088303)

[4) DO CONTRATADO 2](#_Toc146088304)

[5) JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO 2](#_Toc146088305)

[6) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS 2](#_Toc146088306)

[7) HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA 2](#_Toc146088307)

[8) JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DO CONTRATADO 3](#_Toc146088308)

[9) CONTRATO ADMINISTRATIVO 4](#_Toc146088309)

[10) DISPOSIÇÕES FINAIS 4](#_Toc146088310)

#

# 1) PREÂMBULO

**1.1)** O Município de Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.940.776/0001-56, neste ato, representado pelo Prefeito, senhor Eder Picoli, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO:

1. **Base legal:**
2. [[Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, II](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art75ii)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art74)
3. Decreto Municipal Decreto Municipal Nº 219/2023, de 05 de outubro de 2023.
4. **Processo Administrativo nº 146/2024**
5. **Dispensa por Limite n° 132/2024**

# 2) OBJETO

**2.1)** Objeto**:** CONTRATAÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O DESEMPENHO ADMINISTRATIVO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AÇÕES DESENVOLVIDAS, PROGRAMAS DE APOIO EXECUTADOS E SERVIÇOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO, COLETA E ANÁLISE DE DADOS, BEM COMO A APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LEI 13.460 DE 26 DE JUNHO DE 2017.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Unid** | **Qtd** | **Descrição** | **Vl. Unitário** | **Vl. Total** |
| 1 | Svç | 1 | Avaliar a satisfação dos usuários de serviços públicos prestados pelo município, com munícipes maiores de 16 (dezesseis) anos, na cidade e no interior.  | 12.950,00 | 12.950,00 |
| **TOTAL** | **12.950,00** |

# 3) VALOR DA CONTRATAÇÃO

**3.1)** Valor do objeto: **R$ 12.950,00 (doze mil e novecentos e cinquenta reais).**

# 4) DO CONTRATADO

**RAZÃO SOCIAL:** FREI BRUNO CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA.

**CNPJ:** 19.836.424/0001-19

**ENDEREÇO:** Avenida Plínio Arlindo de Nes, nº 917, ap 203, centro, Xaxim -SC, Cep: 89.825-000

**RESPONSÁVEL:** **Anair Baggio Grasel**

# 5) JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

**5.1)**. Justifica-se pela necessidade de entender, analisar e melhorar o desempenho da gestão e permitir identificar os pontos fortes e fracos na condução das atividades do ano de 2024, ajudando a reconhecer setores que estão funcionando bem e aquelas que precisam de melhorias. **(Conforme documento de formalização de demanda em anexo).**

# 6) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**6.1)** Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2024.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Fonte** | **Desp.** | **Projeto/ Atividade** | **Nome do Projeto/Atividade** | **Elemento** | **Descrição do Elemento** |
| 150000 | 342 | 04122003.2.003 | Manutenção das atividades administrativas | 33903999 | Outros serviços de terceirosPessoa Jurídica |

**6.2)** Os recursos financeiros serão próprios da Prefeitura Municipal de Caibi -SC.

# 7) HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA

**7.1)** O proponente deverá apresentar cópia original ou autenticada dos seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação;

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

c) Prova de regularidade perante aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos da sede da licitante;

e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos do domicilio ou sede da licitante;

f) Prova de regularidade perante o FGTS através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos expedida pela Caixa Econômica Federal;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (site [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br));

h) Certidão Negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Comarcas e Turmas Recursais - Primeiro Grau), disponível em: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>;

i) Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, da empresa participante, **com data e expedição inferior a 30 (trinta) dias a data de abertura do Processo Licitatório.** Disponível para ser emitida em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

j) Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (**todas as esferas**) de todos os sócios da empresa participante, **com data**

**e expedição inferior a 30 (trinta) dias a data de abertura do Processo Licitatorio**.

Disponível para ser emitida em: <https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form>.

# 8) JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DO CONTRATADO

**8.1) Justificativa do valor da contratação** ([art. 72, VII](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art72vii)): Os valores apresentados foram obtidos através da cotação com empresas fornecedoras dos serviços, por meio de encaminhamento de orçamentos, os quais seguem anexos à requisição.

**8.2) Justificativa da escolha do contratado** ([art. 72, VI](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art72vi)): O valor para base de contratação será aquele menor dentre os apresentados, conforme acima já especificado.

# 9) CONTRATO ADMINISTRATIVO (GESTÃO E FISCALIZAÇÃO)

**9.1)** A contratação será formalizada mediante formalização/emissão de Nota de Empenho.

**9.1.1)** A Nota de Empenho e eventuais aditamentos, se for o caso deverão ser publicados no **prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar de sua assinatura** ([art. 94, II da Lei nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art94ii)).

**9.2)** **GESTÃO DO CONTRATO:**

1. **Responsável:** Eder Picoli;

**9.3)** **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

1. **Responsável:** Miguel Piccoli

# 10) DISPOSIÇÕES FINAIS

**10.1)** A contratada, de forma irrevogável, assume a responsabilidade de, além de manter todas as condições habilitatórias, cumprir também todos os requisitos a ela imposta pela Lei Federal n° 14.133/2021, como se transcritos estivessem no presente documento, bem como, demais disposições a ela cominadas na qualidade de contratada, inclusive no que tange à esfera trabalhista, previdenciária, tributária (especialmente no que concerne às retenções de impostos municipais) e demais, quando da contratação com entes públicos, em especial, declarando:

a) Cumprir o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei Federal n° 13.709/2018;

b) Cumprir o disposto noart. 63, § 1º, art. 63, incisos I e IV, art. 63, inciso IV, art. 68, inciso VI.

c) Cumprir o que dispõe o inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

**10.2)** Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a dispensa de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

1. Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art176iii));
2. Página do Município de Caibi (www.caibi.sc.gov.br);
3. Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art176)).

**10.3)** Também deve ser divulgado nos mesmos meios de divulgação, **em até 10 dias úteis a partir da data da assinatura:** Nota de Empenho.

**10.4)** As questões decorrentes das previsões desta contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Palmitos, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Município de Caibi-SC, 15 de fevereiro 2024.**

|  |
| --- |
| **Este edital se encontra examinado e** **Aprovado por esta Assessoria Jurídica****\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**TAISON GASPARINAssessor JurídicoOAB/SC: 52.373 |

**Eder Picoli**

**Prefeito**